

DANDO VOZ(ES): OS MEDIA E OS ACTORES INVISIBILIZADOS

SUMÁRIO:

Editorial <i>Cristina Sala Valdés</i>	1
Teoria da P@X "Comunicação para a Paz: além dos media e das mensagens" <i>Ana Fernández Viso</i>	2-5
P@x entrevista "Há que procurar media que nos ajudem a mudar as nossas perguntas e a informar-nos melhor" <i>Mari Carmen Gascón</i>	6-8
Observatório da P@x	9-10
Recensão <i>Una Colombia que nos queda</i> <i>Alejandra Muñoz</i>	11
Estudos da P@x "Mulheres invisíveis: um conflito sem fim" <i>Greta Frankenfeld</i>	12-14
"A cobertura jornalística espanhola dos conflitos sociais associados à exploração mineira e dos hidrocarbonetos no Peru. O caso de Bagua." <i>Nilton Torres</i>	15-17
Sotão do P@x	18-20

P@X

Coordenação da Linha de Investigação de Estudos para a Paz /NHUMNEP:
José Manuel Pureza

Número temático organizado por:
Cristina Sala Valdés

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Sofia Santos

Grupo de Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/pt/presentacao.php>
<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/p@x/>
paxinfo@ces.uc.pt

Editorial

O principal sintoma da saúde de uma democracia é a pluralidade de vozes que nela convivem. Vozes de elites, vozes de cidadãos e cidadãs, vozes de minorias, etc. dialogam de forma mais ou menos tensa com o objectivo de chegar à concertação. A voz dos meios de comunicação (de massas, sociais, locais) como serviço público aproxima a sua audiência destes debates. No final dos anos noventa, Michael Ignatieff começou a falar sobre os efeitos dos meios de comunicação na internacionalização da consciência. O autor referia-se à relação que as audiências estabelecem com a informação que os *media* tradicionais fazem chegar às suas casas: quanto maior é o conhecimento da realidade complexa e conflitiva (próxima ou longínqua), maior é o compromisso para com essa realidade e para com a procura de soluções e alternativas, se for esse o caso. Os *media* tradicionais atravessam actualmente a sua pior crise económica e de credibilidade. Depois de quase duas décadas de preponderância da dimensão informativa e dos seus instrumentos, os *media* fizeram prevalecer as lógicas do mercado sobre as relações, os sujeitos e os processos inerentes ao fenómeno da comunicação. Esta situação fez com que os *media*, ao construírem discursos que representam a realidade, tenham deixado de cumprir a sua função pública para atender apenas às vozes oficiais, consolidar

o fenómeno de contágio noticioso e perder a confiança das suas audiências. Esta situação recrudescer em contextos de conflito. Nestas situações, onde as relações são mais frágeis ou mesmo inexistentes, o papel dos *media* enquanto actores políticos torna-se ainda mais necessário pela sua capacidade de elevar a voz ou romper com o silêncio de muitos actores (por exemplo, mulheres, jovens, minorias étnicas, comunidades, etc.), situando o seu discurso ao mesmo nível de o de outros protagonistas. Este número questiona o impacto que os meios de comunicação, principalmente os tradicionais, têm sobre os acontecimentos de natureza conflitiva pelo facto de priorizarem as vozes de alguns e algumas em detrimento de outros e outras. Estudos académicos sobre os efeitos deste tipo de decisões são praticamente inexistentes. Contudo, investigações de natureza qualitativa que analisam a presença de actores enquanto fontes de informação ou factos noticiosos por si mesmos nos *media* têm revelado o domínio de vozes maculinas, oficiais e homogéneas (sem matizes) nos relatos mediáticos. Face a esta situação, a comunicação para a paz advoga que a paz não pode estar exclusivamente nas mãos dos actores que movem os conflitos. É necessário que as comunidades e os cidadãos

e as cidadãs criem espaços de diálogo e transformação que possibilitem recuperar a natureza dos fluxos de comunicação que contribuem para a prevenção, monitorização e resposta sistémica aos conflitos. Além da aposta nos *media* para a paz, a comunicação para a paz sublinha a importância do processo relacional. Por sua vez, o jornalismo para a paz oferece ferramentas para realizar uma crítica construtiva à forma generalizada de fazer jornalismo e difundir informação, de forma a que os factos que compõem a realidade se definam a partir de uma perspectiva mais humana e concreta. Quer se investiguem as possibilidades da comunicação para a paz, a forma mais concreta de exercício do jornalismo para a paz ou as potencialidades do jornalismo tradicional, responsável e ético, no rompimento do silêncio face a diversos actores envolvidos num conflito, é imperativo dar resposta às seguintes perguntas: quais são as vozes que estamos a ouvir? Que impacto tem o facto de algumas vozes serem silenciadas pelos *media* no decurso de um conflito? Que interesses se escondem por detrás da escolha de auscultar algumas vozes em detrimento de outras? As reflexões, estudos e fontes de informação que se encontram nesta edição do P@x podem servir de ponto de partida.

Cristina Sala Valdés

Teoria da P@X

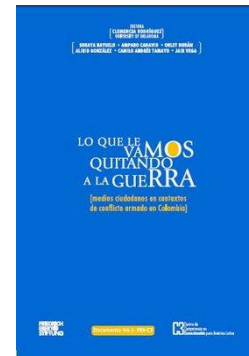
Comunicação para a paz: além dos *media* e das mensagens

Na vida social e nas relações humanas, a comunicação constitui um elemento central na construção da paz e na transformação de conflitos. Desde os estudos pioneiros realizados por Harold Lasswell e Walter Lippman sobre a propaganda bélica durante a Primeira Guerra Mundial que a investigação sobre a comunicação de massas e, posteriormente, os estudos para a paz reconheceram o papel central que os meios de comunicação tradicionais (imprensa, rádio, televisão, cinema, etc.) desempenham na disponibilização de informação e mensagens capazes de modelar a percepção e interpretação da opinião pública e dos líderes políticos acerca dos conflitos. Os casos do Ruanda e da antiga Jugoslávia nos anos noventa do século XX são dois exemplos ilustrativos do uso deliberado dos *media* no sentido da demonização do ‘outro’, da geração de percepções de ameaça e insegurança e do incitamento e legitimação de violência étnica (Article 19, 1996; Thompson, 1999).

Mas além dos *media*, uma revisão das premissas sobre a dinâmica dos conflitos, da guerra e da construção da paz proposta pelos estudos sobre resolução de conflitos e pela irenologia (sobretudo na obra de Kenneth Boulding, Johan Galtung, Adam Curle, John Burton, Edward Azar e Jean Paul Lederach) revela a presença implícita de outras dimensões da comunicação nestas abordagens, nomeadamente de cariz relacional e construtivista. Revela ainda que a comunicação é um fenómeno multidimensional: não se limita à transmissão de informação e fluxos de mensagens através dos *media*, abarcando igualmente processos e estruturas relacionais de natureza diversa. Segundo se depreende da sua origem etimológica, o vocábulo latino *communicare* (que significa pôr em comum, dialogar, participar), *comunicarse*, como lembra Antonio Pasquali (1978), é muito mais do que informar.

As comunidades – locais e globais – constituem tecidos de relações no espaço e no tempo, que envolvem muitos grupos,

organizações e instituições, e que atribuem múltiplos papéis a estes indivíduos e grupos sociais, papéis estes que são constantemente criados, recriados, contestados e negociados. Os fluxos de comunicação estabelecem vínculos entre estes actores num processo relacional através dos quais eles facilitam e produzem significados que se integram em enquadramentos culturais mais amplos para a acção humana. Entre os modelos de comunicação existentes entre todos estes actores residem modelos de interacção humana. Assim, a sociedade pode ser vista como uma forma de comunicação.



Capa do livro “Lo que vamos quitando a la guerra”, de Clemencia Rodríguez, 2008

Apesar disso, a crescente importância adquirida ao longo do último século pela mediação do conhecimento, pelas normas culturais e pelas relações sociais que levam a cabo os meios de comunicação de massas (Thompson, 1998) resultou na preponderância da dimensão informativa e dos seus instrumentos sobre as relações, os sujeitos e os processos inerentes ao fenómeno da comunicação. No âmbito das propostas de construção de paz, por exemplo, o potencial do uso estratégico e explícito da comunicação tem sido fundamentalmente circunscrito ao jornalismo para a paz e, mais recentemente, à

Teoria da P@X

à proposta de *media* para a paz (Galtung, 1986, 1998; Varis, 1986; Roach, 1993; Botes, 1996; Gilboa, 2002; Manoff, 1998; Melone, Terzis & Beleli, 2002; Barry, 2004; Wolfsfeld, 2004; Lynch & McGoldrick, 2005; Bratic, V. & Schirch, 2007).

Não obstante, na última década, seguindo a iniciativa precursora da UNESCO neste campo, e à luz de novas oportunidades comunicativas geradas pelas inovações tecnológicas, começou a emergir um debate sobre a necessidade de ampliar o olhar tendo em vista a formulação de uma proposta integral de aplicação estratégica da comunicação na construção da paz (SFCG & USIP, 2011; Warshel, 2009). Um enfoque destes, que transcende a esfera da informação e os seus meios para integrar e valorizar as pessoas, as relações, os processos e as redes, foi adoptado há décadas no domínio da comunicação para o desenvolvimento e para a transformação social (Melkote, 1991; Servaes, 1999; Gumucio-Dagron & Tufte, 2008; Mefalopulos, 2008), uma vez confirmado o fracasso do paradigma de comunicação unidireccional, vertical e monológica (Rogers, 1976), propondo, em sua substituição, um modelo de comunicação horizontal, interactivo e participativo.

Surpreendentemente, e apesar de terem em comum tanto o contexto histórico da sua aparição, como a centralidade que ambos atribuem à transformação social, a comunicação para o desenvolvimento e os estudos sobre e para a paz evoluíram de costas voltadas, como observou há mais de uma década Clemencia Rodríguez (2000). Esta académica colombiana, radicada nos Estados Unidos, tem vindo a assinalar há mais de vinte anos elementos-chave para repensar a articulação entre comunicação, construção de paz e transformação social, a partir dos seus estudos sobre iniciativas locais de comunicação cidadã que recriam o tecido social em contextos de conflito armado (Rodríguez, 2008). Com mais de 60 anos de conflito, a Colômbia dispõe de vários

exemplos de inovações sociais destinadas a resistir e fazer face à lógica perversa da violência no campo da comunicação, como se pode observar a partir dos trabalhos de académicos colombianos, especialmente, Amparo Cadavid e Jair Vega. De igual modo, as experiências de ONG pioneiras no uso da comunicação como ferramenta central do trabalho de construção de paz, como a *Search for Common Ground* (SFCG), convidam-nos a reexaminar o papel tradicionalmente atribuído pela teoria e pela prática desta disciplina tanto à comunicação como aos próprios *media*.

Começar a conceber a comunicação como um lugar de encontros e desencontros, onde se constituem discursos e diferenças e se estruturam as relações humanas, impõe que se coloque a tónica na importância de dar voz a cidadãos, cidadãs e comunidades e de facilitar o diálogo. A construção da paz baseia-se fundamentalmente na construção de confiança e de relações, como nos diz Lederach (1998:161), e na raiz deste processo reside o diálogo. Neste sentido, é vital abrir espaços de encontro e comunicação, onde as pessoas possam (re)conhecer-se e construir vínculos entre elas de natureza pacífica e respeitosa (Rodríguez, 2004).

Os novos espaços de interacção local-nacional-global facilitados pelo desenvolvimento tecnológico, bem como pela eclosão de *media* cidadãos em países em conflito armado, trouxeram novas possibilidades de participação e envolvimento activo da sociedade civil nas diversas fases do ciclo do conflito. Este facto tem transformado a natureza dos fluxos de comunicação que contribuem para a prevenção, monitorização e resposta sistémica aos conflitos, tornando-os mais horizontais, abertos e continuados. Tem ainda forçado *de facto* a descentralização dos processos de manutenção da paz, construção da paz e desenvolvimento e facilitado a operacionalização do enfoque da construção da paz “a partir de baixo”, proposto nos anos noventa por Adam Curle (1994) e Jean Paul Lederach (1998).

Teoria da P@x

A comunicação para a paz englobaria, portanto, uma multiplicidade de estratégias, processos e interações orientadas para reduzir as deficiências e carências de comunicação existentes entre o conjunto diverso de actores que interagem e são afectados pelo conflito, influenciando sua dinâmica e sendo igualmente influenciados por ela. Em última instância, a comunicação para a paz pretende contribuir para estabelecimento de relações pacíficas, equilibradas e construtivas entre estes actores, que permitam formular colectivamente processos de transformação social emancipadores. Se é verdade que as raízes da comunicação para a paz se baseiam na filosofia e prática da comunicação para o desenvolvimento e transformação social, desvendar e concretizar o seu potencial para prevenir, resolver e transformar construtivamente os conflitos exige um esforço de investigação e sistematização de experiências a partir do qual é possível gerar novos conhecimentos. Este é de resto o entendimento, por exemplo, do United States Institute of Peace (USIP), que já este ano pôs em marcha um processo de reflexão internacional com o objectivo de aprofundar a compreensão acerca do modo como os distintos fluxos de comunicação e a tecnologia podem melhorar os programas de construção de paz.

Ana Fernández Viso

Ana.fernandez.viso@uab.cat

Investigadora do Instituto de Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona (InCom-UAB), as suas linhas de interesse centram-se na comunicação para o desenvolvimento e a transformação social, a participação na esfera pública, e as políticas de comunicação. Doutoranda em Comunicação, Transformação Social e Desenvolvimento na Universidade Complutense de Madrid (UCM), onde obteve o seu Diploma de Suficiência Investigadora (DEA) com a tese “Genealogia da Comunicação para o Desenvolvimento”. É mestre em Estudios Contemporáneos da América Latina pela UCM,

licenciada em Ciências da Informação pela UCM e licenciada em Ciências Políticas pela Universidade Nacional de Educação a Distância. Antes de entrar a trabalhar para a Universidade Autónoma de Barcelona, trabalhou durante uma década enquanto jornalista, gestora de projectos de comunicação e consultora da USAID, OMS e PSI em África, onde viveu entre 2003 e 2007.

Referências bibliográficas

- Article 19. (1996), *Broadcasting Genocide: Censorship, Propaganda & State-Sponsored Violence in Rwanda 1990-1994*. London: Article 19.
- Barry, James (Ed.). (2004), *Media, Conflict Prevention and Reconstruction*. Paris: UNESCO.
- Botes, Johannes. (1996), “Journalism and Conflict Resolution”. *Media Development*, Vol. 43, nº 4, pp. 6-10.
- Bratich, V. & Schirch, L. (2007), *Why and When to Use the Media for Conflict Prevention and Peacebuilding*. The Hague: European Centre for Conflict Prevention.
- Curle, Adam. (1994), “New Challenges for Citizen Peacemaking”. *Medicine and War*, Vol. 10, nº 2, pp. 96-105.
- Galtung, Johan (1986), “On the Role of the Media in Worldwide Security and Peace”. In T. Varis (Ed.) *Peace and Communication* [pp. 249-265]. San José: Editorial Universidad para la Paz.
- Galtung, Johan (1998), “High Road, Low Road: Charting the course for Peace Journalism”. *Track Two* Vol. 7, nº 4.
- Gilboa, Eytan (Ed.) (2002), *Media and Conflict: Framing Issues, Making Policy, Shaping Opinions*. Ardsley: Transnational Publishers.
- Gumucio-Dragón, A. & Tufte, T. (Comps.). (2008), *Antología de comunicación para el cambio social: lecturas históricas y contemporáneas*. South Orange; La Paz: Consorcio de Comunicación para el Cambio Social/ Plural Editores.

Teoria da P@x

- Lederach, John Paul. (1998), *Construyendo la paz. Reconciliación sostenible en sociedades divididas*. Bilbao: Bakeaz; Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz.
- Lynch, J. & McGoldrick, A. (2005), *Peace Journalism*. Gloucestershire: Hawthorn Press.
- Manoff, Rob. (1998), "Role Plays: Potential media roles in conflict prevention and management". *Track Two*, Vol. 7, nº4.
- Mefalopulos, Paolo. (2008), *Development Communication Sourcebook. Broadening the Boundaries of Communication*. Washington DC: The World Bank.
- Melkote, Srinivas. (1991), *Communication for development in the Third World: theory and practice*. New Delhi [etc.]: Sage.
- Melone, S.; Terzis, G.; & Beleli, O. (2002), "Using the Media for Conflict Transformation: The Common Ground Experience." In *Berghoff Handbook for Conflict Transformation*. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management.
- Pasquali, Antonio (1978), *Comprender la comunicación*. Caracas: Monte Ávila.
- Roach, Colleen (Ed.) (1993), *Communication and Culture in War and Peace*. Newbury Par: Sage.
- Rodríguez, Clemencia (2000), "Civil society and Citizens' Media. Peace Architects for the New Millennium". In K. G. Wilkins (Ed.) *Redeveloping Communication for Social Change: Theory, Practice and Power*. Lanham (Maryland): Rowman & Littlefield Publishers, pp. 147-160.
- Rodríguez, Clemencia (2004), "Comunicación para la paz: enfoques encontrados". [Online]. *Son de Tambora*, Vol. 88. *The Communication Initiative Network*.
- Rodríguez, Clemencia (Ed.) (2008), *Lo que le vamos quitando a la guerra. Medios ciudadanos en contextos de conflicto armado en Colombia*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, Centro de Competencia en Comunicación para América Latina.
- Rogers, Everett (1976), "The passing of the dominant paradigm". *Communication Research*, Vol. 3, nº 2, pp. 213-240.
- Search for Common Ground and United States Peace Institute (USIP) (2011), *Communication for peacebuilding: Practices, Trends and Challenges*.
- Servaes, J. (1999), *Communication for development: one world, multiple cultures*. Cresskill: Hampton Press.
- Thompson, John B (1998), *Los media y la modernidad*. Barcelona: Paidós.
- Thompson, Mark (1999), *Forging War: The Media in Serbia, Croatia, Bosnia and Herzegovina*. Luton: University of Luton Press.
- Varis, Tapio (1986), *Peace and communication*. San José: Editorial Universidad para la Paz.
- Warshel, Yael (2009), *How do you convince children that the "Army", "terrorists" and the "Police" can live together peacefully? A peace communication assessment model*. Phd Thesis. San Diego: University of California.
- Wolfsfeld, Gadi (2004), *Media and the Path to Peace*. Cambridge: Cambridge University Press.

*** Na versão anterior do P@x 18, a secção das referências continha alguns erros, que foram agora corrigidos. A equipa do P@x pede desculpa pelo sucedido.

P@x entrevista

Entrevista com Mari Carmen Gascón, por Cristina Sala Valdés

“Há que procurar *media* que nos ajudem a mudar as nossas perguntas e a informar-nos melhor”

O P@x conversou com Mari Cármen Gascón, investigadora associada do *Seminario de Investigación para la Paz* (SEIPAZ, Saragoça), sobre o papel dos meios de comunicação social em contextos de conflito e sobre os desafios de aceder e dar voz a actores e agendas muitas vezes silenciadas aquando da cobertura de situações de conflito. Doutorada em Ciências da Educação pela Universidade à Distância, escreveu recentemente *La Radio en la Educación no Formal* (CEAC; Barcelona); *Comunicando Paz. Otros Medios de Comunicación desde el mismo Laberinto* (Editorial Popular, 2008); e *Huellas de Paz en el Periodismo*. Actualmente investiga "A imagem enquanto meio de comunicar culturas", em conjunto com profissionais da Rússia, Suécia, Polónia, Argentina, África do Sul e Estados Unidos.

Claro que não é preciso dar voz a todos os actores, pois isso supõe o seu reconhecimento. Porém temos de ter em conta que a voz não são só palavras, mas também percepções e sentimentos e que estes não são fáceis de transmitir nem de partilhar, nem de expressar num título.



Mari Carmen Gascón a trabalhar no seu último projecto, 2011.

P@x: Sabemos que os meios de comunicação têm muitas responsabilidades perante o seu público. A primeira é oferecer uma informação verdadeira e contrastada. Em contextos de conflito, a procura de informação torna-se mais difícil e, portanto, a sua obtenção é mais valiosa. Todos conhecemos o caso dos embedded journalists, bem como outras estratégias que se utilizam para limitar o acesso à informação. É possível oferecer uma informação verdadeira e contrastada se não forem incluídas as vozes de todos os actores do conflito?

M.C.: Quando se informa sobre um conflito, é preciso (e ao mesmo tempo muito complicado) diferenciar o que é informação do que é propaganda, desinformação e intoxicação. Se apresentamos um conflito como uma confronto de “extremos”, geramos rapidamente posições de rejeição ou de adesão por parte de outros actores, ainda que não proporcionemos uma compreensão integral do conflito. É preciso que tornemos visíveis as pequenas nuances, que ampliemos o enfoque, que demos voz aos que não têm poder.

P@x: Quais são as vozes que são habitualmente silenciadas, apagadas ou pouco ouvidas nas informações sobre os conflitos?

M.C.: Silenciam-se sobretudo as nuances dentro de cada grupo de actores já estabelecidos. Perante qualquer conflito, eu costumo perguntar-me se por ventura não estaremos a criar estereótipos que legitimam ou deslegitimam determinados actores e respectivas causas. A voz dos utópicos que elaboram propostas é a voz mais silenciada. Quero destacar ainda que há que ter cuidado com a forma como se apresentam as vítimas. Apesar de terem sofrido muito, elas não estão paralisadas e continuam as suas vidas.

P@x: Considera que é difícil aceder a essas vozes ou trata-se simplesmente de um vício resultante das próprias dinâmicas de produção jornalística?

P@x entrevista

M.C.: Sim, é muito difícil. As dinâmicas de produção jornalística condicionam muito, nomeadamente o espaço do artigo, e o tempo de publicação. Mas é também a falta de credibilidade da função de jornalista que faz com que algumas vozes não queiram falar contigo. Outras grandes dificuldades são a falta de apoio económico ao jornalismo de investigação e as limitações dos programas de Comunicação das universidades. Para poder aceder a vozes qualificadas é preciso não trivializar o trabalho jornalístico, ganhar credibilidade profissional e confiança humana. Acontece o mesmo com académicos da área das ciências ‘duras’, com historiadores. Temem as nossas simplificações. Outro factor que muitas vezes negligenciamos prende-se com o facto de muitos actores estarem muitas vezes sujeitos ao secretismo, sejam civis ou militares. Outro elemento importante são as imagens. Nem sempre os jornalistas têm as imagens que gostariam de publicar. Algumas são compradas por grandes agências, outras não. Há ainda muitos outros silêncios transparentes: a edição das páginas, o horário de transmissão das peças e o ritmo de montagem das notícias. Outros silenciamentos surgem porque os gabinetes institucionais e empresariais entregam a informação aos *media* já muito preparada e, logo, seleccionada. Na verdade, os *media* também são dirigidos estrategicamente como nos mostra este exemplo. Não são tão livres como alguns pensam.

P@x: É comum dizer-se que os meios de comunicação criam uma agenda global e também uma agenda sobre os próprios conflitos. Se os media não nos dizem o que pensar mas sim sobre que temas pensar, que impacto terá dizerem-nos que vozes escutar?

M.C.: Os meios de comunicação são empresas com interesses económicos e interesses de poder, e, por isso, temos sempre de ser críticos face ao que nos contam e ao que não nos contam. A mim preocupa-me a focalização excessiva em detalhes que impedem a contextualização e também a falta de relação

entre os profissionais das diferentes áreas de cada jornal (por exemplo, as secções internacional e economia). Mas a maior influência que tem o facto de nos dizerem que vozes escutar ou não escutar prende-se com o nosso potencial de imaginação. Dizem-nos subtilmente o que podemos e o que não devemos imaginar. Isto leva a que nos movamos socialmente ou que deixemos que o poder decida pelo cidadão.

P@x: Considera que isto se passa de modo diferente nos meios de comunicação locais ou alternativos?

M.C.: Há uma grande diversidade de vozes nos meios de comunicação e isto é apaixonante. Porém, ao mesmo tempo, muitos blogs, documentários, canções são um modo de confirmar as nossas crenças e amizades. Há que procurar *media* e contextos que nos ajudem a mudar as nossas perguntas, a informar-nos melhor e a questionar-nos. É preciso educar-nos para apreender a informação de forma crítica. Isto não se improvisa.



Livro mais recente de M. Carmen Gascón, “Huellas de Paz en el Periodismo”, 2010

P@x: No seu último livro, “Huellas de Paz en el Periodismo”, disponibiliza ferramentas para repensar a realidade e a informação que as audiências, nós, recebemos através dos media de massas. Considera que os media têm a capacidade, a habilidade e as ferramentas necessárias para ouvir todas as vozes/actores protagonistas ou vítimas num conflito?

P@x entrevista

M.C.: Julgo que os meios de comunicação fazem parte de uma sociedade complexa que está em constante mutação. A televisão “à la carte”, o jornalismo cidadão, o facto de podermos colocar um vídeo feito por nós na rede, entre outros exemplos, eram ferramentas impensáveis há uns anos atrás. A criatividade do ser humano é surpreendente: analisar as personagens de novas séries norte-americanas, participar em actividades do género do Teatro do Oprimido na Colômbia, aprofundar conhecimentos sobre a música *hip hop* do Senegal são apenas três exemplos de que existem ferramentas para nos fazermos ouvir. Claro que infelizmente o “meio é a mensagem” e que muitas vezes nos interessamos por aquilo que o Poder deseja e isto justifica até o que parecia impossível, como a alteração de horários de noticiários na televisão pública espanhola em função, por exemplo, do Campeonato de Motociclismo. Mas não sou pessimista, sempre há horizontes imprevistos. É óbvio que encontrá-los exige tempo, conviver com pessoas diferentes e informar-se a partir de fontes diversas e assim descobrir que tudo o que acontece longe de nós, geograficamente, nos influencia. Trata-se de um desafio e de uma arte nova.

Cristina Sala Valdés

cristina.sala@opendeusto.es

Doutoranda em “*Migraciones y Conflictos en la Sociedad Global*” (Universidade de Deusto) com uma tese sobre o papel dos *media* na transformação dos conflitos. É investigadora júnior no NHUMEP/CES no âmbito do projecto Marie Curie “SPBuild”. É ainda responsável pelo curso “*Comunicación para el Desarrollo, el Cambio Social y la Paz*” (Instituto de Estudios para la Paz y la Cooperación de Oviedo). É também consultora de programas de desenvolvimento e transformação social na Colômbia no âmbito do *Observatorio de las Relaciones Unión Europea-América Latina* (OBREAL).

Observatório das P@xes

Recursos para dar voz(es) através dos media

Fancher, Michael R. (2011), "Re-Imagining Journalism. Local News for a Networked World"

<http://www.knightcomm.org/re-imagining-journalism-local-news-for-a-networked-world/>

María del Carmen de Lara (Dir.) (2008), Documentary "Voces silenciadas"

<http://www.jornada.unam.mx/2009/02/11/index.php?section=espectaculos&article=a08n1esp>

International Women's Media Foundation (2010), "Who makes the news?"

http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2010/global/gmmp_global_report_en.pdf

Ronit Avni (2006), Documentary "Encounter Point"

<http://www.justvision.org/encounterpoint>

Internews. Capacitando os meios de comunicação social por todo o mundo

<http://www.internews.org/global/er/default.shtm>

Criada em 1982, a Internews é uma organização internacional de desenvolvimento de meios de comunicação sediada na Califórnia. A sua missão é capacitar os meios de comunicação locais em todo o mundo de modo a que estes sejam capazes de oferecer às populações não só notícias, mas também toda a informação de que necessitam. Pretendem oferecer às comunidades a possibilidade de se manterem interligadas, fazendo chegar-lhes os meios de comunicação que dão voz às suas vozes e as fazem ser escutadas. A organização trabalha actualmente em África, Ásia, Europa, Médio Oriente e América do Norte. Em colaboração com actores locais, estabelecem e apoiam os mercados mediáticos, associações de jornalistas e redes de comunicação. A Internews apoiou até à data cerca de 4800 mercados mediáticos independentes, incluindo emissoras de rádio e televisão, imprensa escrita e sites de notícias online. Além disso, a Internews bateu-se pela adopção e implementação de leis e políticas de comunicação social justas em 21 países, com o objectivo de possibilitar que media independentes cumpram a função de fiscalizadores (*Watchdog*) da vida pública.

IWMF. International Women's Media Foundation

<http://iwmf.org/the-iwmf-network.aspx>

Fundada em 1990, a International Women's Media Foundation é uma rede global dedicada ao fortalecimento do papel das mulheres jornalistas como uma forma de ampliar a liberdade de imprensa a nível mundial. Os programas da IWMF visam profissionalizar mulheres líderes, promover mudanças nas salas de redacção e capacitar mulheres

correspondentes. A IWMF dirigiu a realização do Relatório Global acerca da situação das Mulheres nos Meios de Comunicação com o objectivo de examinar de perto a equidade de género nos meios de comunicação de todo o mundo.

Knight Foundation. Comunidades informadas e comprometidas

<http://www.knightfoundation.org/>

Situada nos EUA, a Knight Foundation procura melhorar os meios de comunicação públicos, descobrir novas plataformas para o jornalismo de investigação, ampliar a alfabetização digital e mediática, promover acesso universal à Internet e ajudar à manutenção da democracia a partir do desenvolvimento de novas capacidades entre os jornalistas. Os projectos que financiam integram-se nas áreas de Inovação dos Meios de Comunicação, Excelência Jornalística e Liberdade de Expressão. As suas publicações (investigações de campo, documentos normativos, etc.) cobrem diferentes áreas dentro das temáticas de “Comunidades comprometidas” e “Inovação em Jornalismo e Meios de Comunicação Social”.

Global Voices. O mundo está a falar, consegues ouvir?

<http://globalvoicesonline.org/>

Fundada em 2005, a Global Voices (Vozes Globais) é uma comunidade de mais de 400 bloggers e tradutores de todo o mundo que trabalham conjuntamente utilizando mais de 30 idiomas para fazer chegar ao seu público reportagens de blogs e de *media* cidadãos de qualquer lugar. A sua principal preocupação é apoiar as vozes que não são tradicionalmente escutadas nos meios de comunicação internacionais. A partir do momento em que o idioma internacional é o inglês, os meios de comunicação ignoram uma grande variedade de temas que são importantes para um grande número de cidadãos em todo o mundo. Assim, a Global Voices tem como objectivo chamar a atenção para algumas desigualdades existentes na cobertura dos meios de comunicação internacionais, através da promoção de *media* cidadãos. Especificamente, a Global Voices criou uma página web e uma rede destinadas a ajudar a fazer ouvir a sua voz *online* em espaços onde são habitualmente censuradas. Também dirige um projecto denominado *Rising Voices* (Elevando as vozes) para ajudar comunidades marginalizadas a fazerem uso dos *media* cidadãos para ser ouvidas, com ênfase no mundo em desenvolvimento.

Contrast

<http://www.contrast.es/>

A Contrast é uma rede de jornalistas comprometidos com o desenho de projectos de comunicação de carácter social. A ideia principal da Contrast é a do papel do jornalismo enquanto ferramenta para a transformação das sociedades. Baseado na ideia de que o jornalismo desempenha em papel relevante na construção da paz e na reconstrução das sociedades, o seu interesse centra-se nas populações e não nas elites, nos direitos humanos (tanto em zonas de conflito como em zonas de pós-conflito) e em iniciativas de transformação social em qualquer parte do mundo. O projecto denominado “Y después de la paz oficial, ¿qué?” (E depois da paz formal, o que acontece?) é uma série de documentários sobre o pós-guerra na Bósnia, Líbano, Argentina, Camboja, África do Sul e Ruanda.

Recensão

Fonseca, Linsu (2008), *Una Colombia que nos queda*. Bucaramanga: Fundación Mujer y Futuro e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) (3ª edição).

Apesar de, na Colômbia, a violência ser um tema comum desde a colonização, não deixa de ser surpreendente a forma como os cidadãos e cidadãs, as vítimas, têm assumido as dificuldades e têm superado a dor, reconstruindo as suas vidas e tecendo novos laços, redes e possibilidades em cenários caracterizados pela adversidade e pela emergência de múltiplos desafios.

Ao longo deste caminho de transformação, as violências afectaram de forma distinta os vários grupos sociais, as regiões e os territórios colombianos. Devido a esta influência permanente, as mulheres converteram-se tanto em vítimas como em agentes de mudança. Esta duplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres no conflito armado colombiano coloca-as perante um cenário único: como protagonistas e garantes das mudanças sociais rumo à paz, gestoras da convivência quotidiana e criadoras constantes de opções e trajetórias para defender e manter a vida.

Por esse motivo, Linsu Fonseca, comunicadora e jornalista de Bucaramanga, percorreu várias zonas da Colômbia para retratar as histórias de 12 mulheres que foram indicadas pelo projecto “Mil Mulheres de Paz” ao Prémio Nobel da Paz no ano de 2005, uma iniciativa mundial que pretendia visibilizar e valorizar o trabalho de muitas mulheres no mundo pela transformação dos horrores e dos problemas em oportunidades de vida.

“*Una Colombia que nos queda*” não é um livro sobre a violência, apesar de esta ser uma protagonista constante dos relatos que o compõem. Não é um livro sobre a dor, pese embora as lembranças que marcaram a vida destas mulheres se revivam muitas vezes de forma aterradora. Não é um livro de reiteração, mas sim uma janela que expõe a partir do corpo e da alma femininas as formas através das quais a violência se enraíza e se cola à pele, como se fosse um veneno que urge expurgar.

Não se trata de um livro sobre pessoas inertes, mas sim de um compêndio de narrações de um grupo de mulheres que, no meio do conflito armado que ainda se vive em muitas zonas rurais do país, fizeram face à difícil condição de deslocadas e recuperaram as suas terras, iniciaram projectos produtivos, ofereceram educação e trabalho aos seus filhos, e tomaram as rédeas do exercício político e das lideranças locais. Ao enfrentar os grupos armados à margem da lei e ao impedir novas violações de direitos, estas mulheres viraram a página das suas histórias e das suas comunidades e reescreveram novas possibilidades.

Além de relatos assustadores, o leitor encontrará uma síntese clara e séria dos processos violentos na Colômbia, das experiências de desmobilização dos grupos armados à margem da lei e dos novos enquadramentos institucionais e sociais que se produziram para fazer frente às consequências da violência estrutural no país. “*Apesar de para muitos parecer um conto de fadas, estas mulheres acreditam que fazem parte de um grupo ainda reduzido de pessoas que está a ajudar a construir a Colômbia que existe e que nos faz falta. A que sangra, mas resiste.*”

Alejandra Muñoz

alejmunoz@gmail.com

Comunicadora Social e jornalista colombiana, especialista em Desenvolvimento Regional e Gestão Cultural com dez anos de experiência na elaboração, gestão e implementação de projectos de comunicação para o desenvolvimento e inclusão social, em parceria com várias entidades estatais e com comunidades em diferentes regiões do país.

Mulheres invisíveis: um conflito sem fim

Porque deviam as mulheres ser visíveis?

A relação entre os meios de comunicação social, mulheres em contextos de conflito e paz positiva é, em termos gerais, tanto escassa como não produtiva. As ligações entre dois ou três destes elementos são esporádicas e desarticuladas. Tanto para entender esta situação como para procurar encontrar caminhos para possíveis soluções é necessário responder várias vezes à pergunta: “porquê?”.

Provavelmente, a primeira pergunta que se deve fazer é por que razões é necessário analisar a relação entre meios de comunicação, mulheres em conflito e paz positiva.

Rita Santos (2008) explicou-o com bastante clareza: “Ao não reflectir a diversidade de envolvimento de mulheres em contextos de violência, assim como a explicação e contextualização da violência, os *media* obstam a compreensão do fenómeno da violência e, portanto, a sua erradicação.”

Para encontrar o caminho que nos leva da violência à paz sustentável é necessário conhecer as suas causas, motivações e justificações públicas e privadas (tanto das partes envolvidas como de terceiros), os seus protagonistas – homens e mulheres – perpetradores e vítimas (que, por vezes, correspondem à mesma pessoa), líderes e seguidores a todos os níveis, bem como as influências e interesses económicos, estratégicos, de poder, culturais, sociais, etc. que sustentam o conflito.

As mulheres são metade da população mundial e metade da população deslocada por conflito [1]. Por que razão se continua a pensar que é possível resolver uma situação de conflito sem contar com elas? Os meios de comunicação, como agentes construtores da “agenda” da actualidade, são responsáveis, sabendo-o ou não, pela forma como a sociedade entende os conflitos. O risco de desenvolver ou dirigir um trabalho jornalístico de maneira inconsciente ou indiferente, através da simplificação das partes, causas e contextos violentos, da apresentação

espectacular da violência, da justificação de todos os actos da parte do conflito entendida como “boa” e condenar as acções dos entendidos como “maus”, entre outros, é favorecer um contexto de resolução violenta de conflitos.

As mulheres são visíveis

Desde 2006, o ACNUR Euskal Batzordea (AEB) realiza uma análise qualitativa da cobertura mediática dos conflitos ditos “esquecidos”, devido à escassa atenção internacional de que são alvo, como é o conflito do Darfur (Sudão) ou da República Democrática do Congo. O seu trabalho tem-se desenvolvido, por campo de acção, na imprensa escrita no País Basco, apesar de também se terem observado jornais impressos e digitais em castelhano e em inglês em diferentes países da Europa, África e Ásia, com resultados semelhantes.



Ferramenta virtual especializada no conflito da República Democrática do Congo (RDC). ACNUR Euskal Batzordea.

Durante a análise realizada, a AEB identificou que, apesar dos escassos avanços em termos de presença e qualidade informativa do conflito nos *media*, as mulheres protagonistas de ambas as crises continuavam sem receber cobertura adequada por parte dos meios de comunicação em estudo. Exceptuando alguns casos, com base na informação que a imprensa oferece, os conflitos no Darfur e na RDC continuam a ser um assunto de homens. Um assunto em que as mulheres estão apenas envolvidas de duas

Estudos sobre a P@X

formas: como vítimas passivas ou como perpetradoras involuntárias da violência; sem que pareçam ter opinião sobre a situação ou qualquer proposta de paz a apresentar. Ao contrastar esta imagem com outras fontes verifica-se facilmente que esta perspectiva não é real e que, por isso, tem de ser mudada.



Mulher refugiada no campo de Iridmi, no oriente de Chade. ACNUR/ H. Caux

Obstáculos e condicionantes para a sua visibilidade

É tempo de um segundo “porquê?”: As razões desta cobertura mediática.

Com base nesta análise, a AEB lançou o Serviço Informativo Especializado (SIE) www.darfurvisible.org, centrado no conflito do Darfur, em 2008. Em 2010, apresentou o SIE www.congordvisible.org no conflito da RDC.

Com estas ferramentas, bem como com outras acções complementares, a AEB trabalha para promover o conhecimento da sociedade sobre estes conflitos e facilitar a sua cobertura mediática em condições que promovam a procura de soluções, incorporando a perspectiva de género na análise. Os SIE contam com os seus centros específicos de Género e Paz, incorporados em Março de 2011. O impacto deste trabalho colocou em evidência características distintas da forma de actuar dos *media* que condicionam a cobertura dos conflitos, em geral, e a visibilidade das mulheres que o protagonizam, em particular:

1. Quando ocorre algum facto pontual de relevância política ou internacional num conflito geograficamente distante,

a cobertura nos meios de comunicação social nacionais aumenta. Porém, em alguns desses momentos, as mulheres permanecem invisíveis e mudas.

2. O centro da notícia é geralmente o eclodir do conflito e não os sinais prévios, as causas, o contexto, ou as possíveis alternativas de solução.
3. Os meios de comunicação social recorrem maioritariamente a fontes oficiais, em grande medida marcados por uma perspectiva androcêntrica.
4. Além disso, os *media* tendem a explorar com maior ênfase, tornando visíveis, as estratégias “para a paz” tradicionais, masculinas e, muitas vezes, simplistas e de curto-prazo, uma vez que são mais fáceis de ser apreendidas e digeridas pelo público de massas.
5. A participação das mulheres nos conflitos é abordada unicamente a partir dos papéis de género tradicionais: passividade, vitimização, fragilidade e sensibilidade perante a dor alheia.
6. A disponibilidade de fontes locais (mulheres protagonistas do conflito) ou especializadas (peritas em género, mulheres e conflito, transformação de conflito, etc.) favorecem uma perspectiva diferente na cobertura mediática.
7. A vinculação da notícia a um sucesso local ou a participação de pessoas próximas ao público a que a notícia se dirige facilitam a opção pela difusão de notícias sobre conflitos “longínquos” nos *media* locais.
8. As iniciativas assistencialistas recebem mais atenção do que as que exigem à audiência responsabilidade ou, pelo menos, um mínimo de reflexão.

Do mesmo modo, em entrevistas realizadas com directores de diferentes meios de comunicação social do País Basco, observou-se que estes tendem a partilhar esta visão sobre os *media* mas que afirmam não poder modificar a

Estudos sobre a P@X

forma de actuação seja porque “há demasiadas situações no mundo que requerem cobertura” ou por falta de recursos económicos, tempo, apoio editorial ou interesses editoriais diferentes, por vezes, mesmo contrários.

Há ainda que considerar o ponto de vista dos grandes grupos económicos detentores dos media *mainstream*, ainda que, em princípio, neste contexto, se devesse destacar mais os *media* que têm como objectivo a integração pacífica e uma perspectiva equilibrada dos conflitos que não são nem os mais vistos nem os mais rentáveis.

Esta reflexão dá lugar ao terceiro “porquê” deste texto: por que se produz esta situação e a quem beneficia este tipo de media?

Porquê?

A transversalidade da perspectiva de género e das teorias de transformação de conflitos devem andar lado a lado na construção de um jornalismo que assume para si o objectivo da paz e não o da guerra.



Mulher deslocada rodeada de rações alimentares no campo de Kabati. A distribuição de comida surge depois da intensificação da luta no norte de Kivu, que provocara o deslocamento forçado de milhares de pessoas. ACNUR/ P. Taggart / Novembro de 2008

Eis a minha proposta: começar por assumir, apesar do quão difícil possa ser, que as nossas próprias ideias podem não ser as “verdadeiras” e questionar, questionar-se, sobre o problema tendo em conta todo o seu contexto a partir de diferentes áreas e perspectivas (as suas causas, motivações justificações públicas e privadas; os seus protagonistas, homens e mulheres, a todos

os níveis; e as influências e interesses económicos, estratégicos, de poder, culturais, sociais, que subjazem ao conflito). Ou seja, desenhar o mapa do caminho tendo como objectivo a transformação.

Greta Frankenfeld

greta.frank@eacnur.org

Jornalista, responsável pela comunicação do Comité Vasco de ACNUR, assumindo a gestão do projecto “Visibilización para la Paz de los Conflictos Olvidados” dirigido aos media na CAPV. Foi chefe de redacção do jornal Etorinen Ahotsa, uma publicação do País Basco dedicada a temas de imigração e cooperação para o desenvolvimento. É especialista em “Comunicación para el Desarrollo, el Cambio Social y la Paz” pelo Instituto de Estudios para la Paz y la Cooperación (IEPC). Tem uma experiência de 20 anos em meios de comunicação tanto argentinos como espanhóis.

Notas

[1] O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, ACNUR <http://www.unhcr.org/pages/49c3646c1d9.html>

Referências bibliográficas

Santos, Rita (2008), “Keeping an eye on the press”, *P@X*, 10, Junho. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/p@x/pdf/P@x10en.pdf>

**Estudos sobre
a P@X**

A cobertura jornalística espanhola dos conflitos sociais associados à exploração mineira e de hidrocarbonetos no Peru.

Um dos instrumentos mais importantes para monitorizar a conflitualidade no Peru é o Relatório de Conflitos Sociais, elaborado pela Provedoria de Justiça. No seu último relatório, datado de Junho de 2011, esta instituição identifica 217 conflitos sociais activos no território peruano, dos quais 55,4% (118 situações no total) correspondem a conflitos sócio-ambientais relacionados com a exploração mineira e de hidrocarbonetos, prejudiciais para as populações locais e respectivos recursos naturais.



Unidades mineiras e projectos de exploração no Peru, 2011.

Por outro lado, os índices de crescimento macroeconómico do Peru nos últimos anos indicam que o país cresce, em média, a um ritmo de 5% ao ano, o que se traduz em receitas milionárias para os cofres do país. Dinheiro cuja origem se encontra primordialmente nos rendimentos gerados pela actividade mineira. Ou seja, no Peru os conflitos e a exploração mineira estão intimamente relacionados. Estes conflitos têm origem principalmente nos impactos prejudiciais que esta actividade tem causado na população mais pobre do país, essencialmente os habitantes das zonas andinas e amazônicas, que não só não têm usufruído dos benefícios deste crescimento, como têm sofrido desproporcionalmente as violações de direitos e

a contaminação das terras, rios, lagos e águas subterrâneas produzidos por este tipo de exploração. Esta situação não é alheia aos *media* locais e estrangeiros.

O conflito da Amazônia

Os conflitos ambientais no Peru alcançaram o seu clímax com os confrontos entre a população e as forças de segurança estatais, que tiveram lugar na cidade de Bagua – nordeste peruano - no dia 5 de Junho de 2009.

Durante meses, esta cidade foi o centro de vários protestos de habitantes da Amazônia que, reclamavam a derrogação de um conjunto de leis aprovado durante os anos de 2007 e 2008 e que beneficiava as empresas mineiras e de hidrocarbonetos. Entre estas, duas em particular ameaçavam os direitos das populações locais: uma conhecida como a “Lei Florestal” (Lei 1090) que permitia que qualquer terra, independentemente do seu uso, fosse expropriada sempre que fosse do “interesse nacional”; e uma norma (Lei 1064) que determinava que a utilização ou transferência de terras para actividades mineiras já não estava sujeita à realização de uma consulta popular junto das populações locais residentes nos territórios a explorar. Os confrontos resultaram na morte de trinta e três pessoas (vinte e três polícias e dez habitantes) e em mais 200 feridos.

A cobertura jornalística destes eventos foi profícua a nível nacional (peruano) e internacional. Neste artigo destaca-se, no entanto, a cobertura dos *media* espanhóis, uma vez que a Espanha e o Perú mantêm uma relação próxima não só em termos históricos, como também em termos económicos. Além da quantidade de destaques e espaço concedidos ao tema, a informação difundida por dois dos mais importantes veículos de comunicação espanhóis – os diários *El País* e *El Mundo* – caracterizou-se pela ausência de uma explicação fidedigna das causas dos protestos e do conflito.

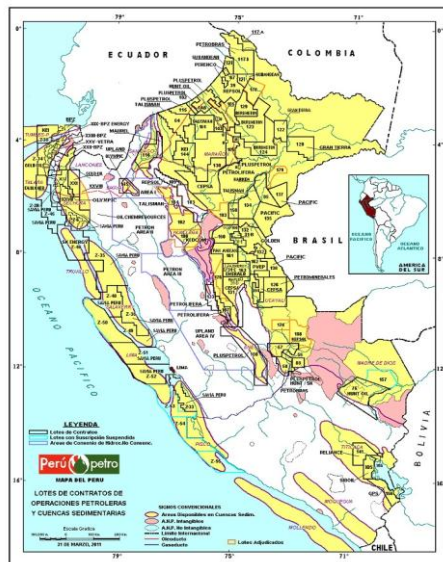
Estudos sobre a P@X

Adicionalmente, dependendo da matriz ideológica de cada jornal ou, por outras palavras, das ligações com os actores envolvidos, sinalizavam-se graus de responsabilidade distintos ou até mesmo opostos perante a violência.

Análise da cobertura

É interessante analisar a cobertura realizada pelo *El País* e pelo *El Mundo* sobre o conflito em Bagua, uma vez que nos permite identificar as lacunas dos *media* na informação sobre este tipo de conflitos. Este texto debruça-se sobre a cobertura jornalística realizada na semana seguinte ao dia 5 de Junho de 2009.

No domingo, dia 7 de Junho, o diário *El País* publicou um artigo intitulado: “Matança de polícias em protesto indígena”. O título enfatiza a morte de agentes de segurança, ignorando as vítimas civis, que aparecem no corpo do texto apenas como ‘danos colaterais’. O texto baseia-se essencialmente em fontes oficiais (polícia e Estado), sem consultar as vozes da população em protesto.



Mapa dos lotes de exploração de hidrocarbonetos no Peru, 2011.

Nesse mesmo dia, o diário *El Mundo* publicou uma notícia de uma página com o título “Massacre na selva peruana”.

Ao contrário da notícia do *El País*, não se identificam nem as vítimas nem os perpetradores da violência. A particularidade desta notícia reside no recurso a várias fontes, nomeadamente vozes oficiais, testemunhos de residentes e seus representantes e organizações de direitos humanos. Nos dias seguintes ambos os jornais continuaram a acompanhar o tema, sendo que o diário *El País* foi aquele que mais espaço dedicou ao conflito.

Entre os dias 8 e 14 de Junho, o *El País* publicou seis notas sobre o tema e o *El Mundo*, duas. No caso do *El País*, a informação incluiu uma nota na página de opinião do diário, onde se identificava a causa do conflito com a revogação de leis que permitiam a “produção de biocombustíveis” e se especulava sobre a intervenção de Evo Morales, presidente da Bolívia, no conflito, com a intenção de mobilizar apoios para uma espécie de revolução indígena no continente. O *El País* publicou ainda uma reportagem sobre as possíveis causas das tensões sem, contudo, as aprofundar. Por seu turno, o diário *El Mundo* ofereceu uma cobertura em que se destacaram o clímax da violência, o controlo da zona de conflito por parte da polícia, o pedido de asilo do líder indígena Alberto Pizango, líder das manifestações, e algumas versões sobre o desaparecimento de dezenas de habitantes da Amazônia.

Os desafios do exercício do Jornalismo para a Paz

A análise das coberturas jornalísticas dos dois diários espanhóis evidencia o alinhamento de posições de cada um dos jornais com os diferentes actores do conflito: a população amazónica e o Estado peruano. Por um lado, o *El País* deu eco sobretudo às versões oficiais do conflito, enquanto que o *El Mundo* as contrapôs com as opiniões dos representantes da população em protesto, enfatizando as últimas.

As causas do conflito são expostas superficialmente em ambos os diários, reduzindo-as basicamente à recusa da parte do Estado peruano em revogar as polémicas leis, sem aprofundar nem as razões desta

Estudos sobre a P@X

recusa, nem a falta de vontade estatal em chegar a um acordo. Ou seja, em ambas as coberturas estão ausentes as propostas de solução do conflito. Este é, de resto, o principal desafio dos jornalistas e dos *media* que procuram pôr em prática o Jornalismo para a Paz. Esta corrente, avançada originalmente pelo mediador de conflitos, sociólogo e politólogo Johan Galtung, pretende que as coberturas jornalísticas dos conflitos identifiquem não só as causas do confronto mas também – e sobretudo – as possíveis soluções.

Numa entrevista publicada pela revista mexicana “Etcétera”, Galtung afirma que “no jornalismo para a paz o jornalista faz sempre duas perguntas quando confrontado com contextos de violência: qual é o conflito e quais são as suas causas? E qual é a solução para o conflito? Estas são as questões que os políticos temem”. Os jornalistas que aspiram a trabalhar segundo estes moldes precisam de estar convictos da importância do seu papel – bem como dos papéis dos *media* – na identificação de soluções e alternativas para o conflito. Trata-se de um papel cada vez mais necessário num mundo onde as guerras, as tensões violentas e os conflitos armados ameaçam o planeta com violência e miséria.

Nilton Torres Varillas

ntorres@larepublica.pe

Jornalista. Correspondente do diário *La República* (Perú) em Barcelona (Espanha) e redactor da Agência de Notícias com Visão de Género *La Independent*. Professor convidado na pós-graduação “La comunicación de los conflictos y de la paz”, Universidade Autónoma de Barcelona.

Referências bibliográficas

Defensoria del Pueblo del Perú (2010), Reporte de Conflictos Sociales, 88. Defensoría del Pueblo del Perú.

Diario El País (2009), Sección Internacional. 7 a 14 de Junho.

Diario El Mundo (2009), Sección Internacional. 7, 8 e 9 de Junho.

Diario El Mundo (2009), Sección Internacional. 7, 8 e 9 de Junho.

Etcétera (2005), Entrevista a Johan Galtung (2005), <http://ciudadania-express.com/%C2%BFque-es-el-periodismo-de-paz-2/>

Varillas, Nilton T. (n.d.), “Conflicto en la Amazonía peruana: El caso de Bagua”, Trabajo de Investigación, Pós-graduação “La Comunicación de los Conflictos y de la Paz”, Universidade Autónoma de Barcelona.

**Estudos sobre
a P@X**

No sótão do P@x

Publicações

Freire, Maria Raquel (2011), *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança* (Coord.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Freire, Maria Raquel (2011), “USSR/Russian Federation Major Power Status Inconsistencies”. In Volgy, Thomas, Corbetta, Renato, Grant, Keith e Baird, Ryan (orgs.), *Major Powers and the Quest for Status in International Politics: Global and Regional Perspectives*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Freire, Maria Raquel; Simão, Licínia (2011), “ENP and Post-Soviet Transition in the South Caucasus: Triangulating Democracy, Security and Stability”. In Bosold, David, Drulák, Petr e Hynek, Nik (orgs.), *Democratization and Security in Central and Eastern Europe and the Post-Soviet States*. Berlim: Nomos Verlag.

Nascimento, Daniela; Mendes, Carmen Amando; Iturre, Maite (2011), “O 'factor' Taiwan na política externa chinesa em África e na América Latina”, *Estratégia*, XX, 69-86.

Roque, Sílvia; Cardoso, Katia (2011), “Overcoming Marginalization and Securitization: An analysis of the potential causes of collective youth violence in Bissau (Guinea-Bissau) and Praia (Cape Verde)”, *Oficina do CES*, 365.

Santos, Rita (2011), “Género (masculinidades e feminilidades) e Operações de Manutenção da Paz”, in Reginaldo Nasser (org.), *Os Silêncios das Missões de Paz*. São Paulo: Educ.

MAIO JULHO**MAIO**

Katia Cardoso foi investigadora visitante no *Center for Human Rights and International Justice*, Boston College, Maio a Julho de 2011.

Sílvia Roque apresentou a comunicação “**Para além dos bandidos, polícias e milícias: jovens 'normais' e violências em Bissau (Guiné-Bissau)**”, Simpósio Interdisciplinar Violencia urbana, los jóvenes y la droga, Monte Verità, Suíça, 01 a 06 de Maio.

Maria Raquel Freire e **Licinia Simão** organizaram o Seminário Internacional *The EU's Role in the South Caucasus. From Cooperation to Partnership through Reforms: Challenges and Opportunities*, em colaboração com a Yerevan State University (A.Markarov), no âmbito do projecto “Early Warning Systems: from Analysis to Action”, Improving Institutional Capacity for early Warning Cluster (IICEW Cluster), Initiative for Peacebuilding (IfP), CES/Yerevan State University, Erevan, Arménia, 12 de Maio de 2011.

Sofia José Santos e **Cristina Sala** apresentaram o Seminário “**Performing the difference: media discourses and uses in multicultural contexts**”, no âmbito do Mestrado em Migrações Internacionais, Universidade de Deusto, Bilbao, 23 Maio de 2011.

JULHO

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Os desafios actuais da cooperação internacional para o desenvolvimento**” (em co-autoria com Paula Duarte Lopes), Curso de Verão do Centro de Estudos Ibéricos: *Diálogos Ibéricos e Cooperação: terras, gentes, culturas*, Guarda, 8 de Julho de 2011.

Sofia José Santos apresentou a comunicação “**Media e Interculturalidade: uma proposta de agenda de investigação**”, III Jornadas de Sociologia, Instituto Piaget, Mirandela, 13 de Julho de 2011.

Tatiana Moura co-organizou o curso de formação avançada “**Lives and history: a comprehensive course on biographies and society**”, Lousã, 17-22 de Julho de 2011.

AGOSTO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**(Des)articulação nas abordagens ao terrorismo: o caso UE-Rússia**”, XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais *Diversidades e (Des)Igualdades*, Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil, 8 de Agosto de 2011.

Daniela Nascimento, Maria Raquel Freire e **Paula Duarte Lopes** apresentaram a comunicação “**The ‘multi’ in multidimensional peace missions’ mandates and activities: a critical appraisal**”, conferência do World International Studies Committee (WISC), Porto, 17 de Agosto de 2011.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Russian Foreign Policy towards its Neighbourhood: A Complex Mosaic of Relations**”, 3rd Global International Studies Conference,

World International Studies Committee (WISC), Porto, 18 de Agosto de 2011.

Sofia José Santos apresentou a comunicação “**Media and Interculturality: the imperative for further research**”, 3rd Global World International Studies Committee (WISC), Porto, 18 Agosto, 2011.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Humanitarianism, development and security: (un)tying the knots?**”, 3rd Global World International Studies Committee (WISC), Porto, 20 de Agosto de 2011.

SETEMBRO

Tatiana Moura co-organizou com grupo de investigação internacional “**Sexual Violence in Armed Conflict**” (SVAC) o seminário internacional “**Perpetrators – Reactions and Responses**”, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 9 e 10 de Setembro de 2011.

NOVO PROJECTO

2011 - 2013 - “**Mulheres, Paz e Segurança: a implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 em Portugal**”, coordenado por Tatiana Moura e Teresa Cunha, financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

O projecto pretende analisar criticamente os Planos de Acção Nacionais (PNA) da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 em vigor actualmente na União Europeia, com destaque para o PNA Português da 1325, fazer um diagnóstico da realidade actual da formação em igualdade de género, violência e segurança destinada a forças militares, segurança pública e actores de cooperação para o desenvolvimento em Portugal e investigar os impactos da disseminação de armas de fogo na vida de mulheres em Portugal. Entre os principais produtos do projecto estão a realização de conferência internacional sobre Igualdade de Género, Missões de Paz e a Resolução 1325; a criação de um banco online de recursos nacionais e internacionais sobre Mulheres, Paz e Segurança; a elaboração de material de informação e sensibilização sobre a Resolução 1325 e sobre o PNA Português e a formulação de um referencial de formação e de manual sobre igualdade de género, violência e conflitos armados destinada às forças armadas, forças de segurança e agentes de cooperação.